

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE

ACÓRDÃO:
RECURSO:
PROCESSO:
JUIZ(A) CONVOCADO(A):
APELANTE J.B.D.J.
APELADO S.L.D.C.D.S.D.S.

202336835
Apelação Cível
202200844071
ADELAIDE MARIA MARTINS MOURA
Advogado: JUSSYMARA DE OLIVEIRA
LOBATO NUNES
Advogado: KELLY CHRYSTIAN SILVA
MENENDEZ

EMENTA

APELAÇÃO CÍVEL. SEGURO DPVAT. AÇÃO DE COBRANÇA. AUSÊNCIA DE PEDIDO ADMINISTRATIVO. INTERESSE DE AGIR NÃO EVIDENCIADO. CONDIÇÃO DA AÇÃO. EXTINÇÃO DO FEITO. POSICIONAMENTO FIRMADO NO JULGAMENTO DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO Nº631.240/MG DO STF.APELAÇÃO CONHECIDA E IMPROVIDA. À UNANIMIDADE.

1) Trata-se de ação de cobrança relativa à indenização do seguro obrigatório previsto na lei nº 6.194/74 (DPVAT), com os acréscimos da lei nº 11.945/2009, julgada improcedente na origem.

2) Para que se possa postular em juízo é necessário que a parte preencha os requisitos processuais previstos no artigo 17 do CPC, quais sejam, a legitimidade e o interesse de agir.

3) No caso vertente, não restou comprovado nos autos que a parte autora tenha efetuado prévio requerimento administrativo dirigido à parte ré, tampouco restou demonstrado a recusa ou inércia da requerida em efetuar o pagamento da indenização postulada, restando evidente, portanto, a ausência de um dos pressupostos processuais da ação, qual seja, o interesse processual.

4) Ainda que inexigível o esgotamento das vias administrativas para ingresso em juízo, sob pena de afronta ao Princípio do Livre Acesso ao Poder Judiciário, consagrado no art. 5º, inciso XXXV, da Constituição Federal, o interesse de agir deve ser verificado em tese e de acordo

com as alegações da parte autora, sendo necessário verificar apenas a necessidade da intervenção judicial e a adequação da medida jurisdicional requerida, a fim de que se possa extrair algum resultado útil a partir do acionamento do Poder Judiciário.

5) Uma vez não preenchido o requisito do prévio requerimento administrativo pela parte autora, resta caracterizada a falta de interesse de agir, impondo-se a extinção do processo, sem julgamento do mérito, nos termos do art. 485, inciso VI, do Código de Processo Civil, por se tratar de matéria de ordem pública.

6) Posicionamento firmado no julgamento do Recurso Extraordinário Nº 631.240/MG do STF.

7) Recurso Conhecido e Improvido. À unanimidade.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos, acordam, por unanimidade, os Membros do Grupo I, da 2ª Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, em conhecer do recurso para **LHE NEGAR PROVIMENTO**, nos termos do voto da Relatora, que fica fazendo parte integrante deste julgado.

Aracaju/SE, 08 de Setembro de 2023.

DESA. ADELAIDE MARIA MARTINS MOURA
JUIZ(A) CONVOCADO(A)

RELATÓRIO

Trata-se de Apelação Cível interposta por JORGE BATISTA DE JESUS em face da sentença prolatada pelo juízo de Direito da 2ª Vara Cível de Itabaiana que extinguiu o feito nos seguintes termos:

"(...) Deste modo, diante do acima esposado, EXTINGO o presente feito sem resolução do mérito com fulcro nos art. 485, VI do CPC. Condono o Requerente ao pagamento custas processuais e honorários advocatícios que arbitro em 15% sobre o valor da causa, ressalvando a sua exigibilidade em caso de deferimento do benefício de justiça gratuita. P.R.I.(...)"

O recorrente alega que "(...) Em apartada síntese, o autor pugnou desde o início da demanda pela realização de perícia, bem como a realização de audiência de instrução e julgamento. Verificamos que houve apenas a perícia, a qual realizou-se após a juntada de defesa. O juízo sequer saneou o feito NEM MARCOU AUDIÊNCIA, acaso entendesse que houve ponto controvertido, com isso, feriu o direito de ação do autor. Após passado todo este lapso temporal, de espera por 1 ano e meio, o autor foi surpreendido com a decisão de extinção do processo sem resolução do mérito, causando grande estranheza, pois ENTENDE QUE SEU DIREITO FOI FARTAMENTE PROVADO E O LAUDO REALIZADO PELO PERITO JUDICIAL FOI MUITO FAVORÁVEL, o que possivelmente iria resultar numa procedência da ação. Mas, não foi isso

que ocorreu. O que não deveria ocorrer pura e simplesmente uma análise superficial da demanda, na qual levou-se em consideração somente o fato que o autor não tinha feito pedido pela via administrativa. E realmente não o fez, mas não porque simplesmente não quis. Não fez pois nenhum dos canais de atendimento estava atendendo e pela CEF também não conseguiu(...)"

Pugnou pela anulação da sentença com o retorno do tramite processual e ao fim, o julgamento procedente do feito.

Sem contrarrazões. A Procuradoria de Justiça opinou pelo conhecimento e provimento do recurso.

É o relatório.

VOTO

VOTO VENCEDOR

O recurso é tempestivo e preenche os demais requisitos de admissibilidade que autorizam seu conhecimento, razão pela qual passo a analisar as razões de irresignação do recorrente.

Trata-se, consoante sumário relatório, de ação de cobrança relativa à indenização do seguro obrigatório previsto na Lei nº 6.194/74 (DPVAT), com os acréscimos da Lei nº 11.945/2009, julgada improcedente na origem.

Em síntese, compulsado os autos, verifico que há questão prejudicial à análise do mérito, a qual diz respeito ao interesse da parte autora em postular em juízo.

Com efeito, para que se possa postular em juízo é necessário que a parte preencha os requisitos processuais previstos no artigo 17 do CPC, **in verbis**:

Art. 17. Para postular em juízo é necessário ter interesse e legitimidade.

Ocorre que, no caso vertente, não restou comprovado nos autos que a parte autora tenha efetuado prévio requerimento administrativo dirigido à parte ré, tampouco restou demonstrado a recusa ou inércia da requerida em efetuar o pagamento da indenização postulada, restando evidente, portanto, a ausência de um dos pressupostos processuais da ação, qual seja, o interesse processual.

Mister ressaltar que há farta jurisprudência no sentido de que **o requerimento administrativo prévio constitui requisito essencial para aferir a existência de interesse de agir na ação de cobrança do seguro DPVAT.**

Nesse contexto, passo a entender que, ainda que inexigível o exaurimento das vias administrativas para ingresso em juízo, sob pena de afronta ao Princípio do Livre Acesso ao Poder Judiciário consagrado no art. 5º, inciso XXXV, da Constituição Federal, o interesse de agir deve ser verificado em tese e de acordo com as alegações da parte autora, sendo necessário verificar apenas a necessidade da intervenção judicial e a adequação da medida jurisdicional requerida, a fim de que se possa extrair algum resultado útil a partir do acionamento do Poder Judiciário.

Assim, incumbe à parte autora a comprovação de prévio requerimento administrativo dirigido à parte ré, **demonstrando a recusa ou mesmo a inércia em efetuar o pagamento da indenização postulada**, nos termos dos precedentes que seguem:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL - AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. IRRESIGNAÇÃO DA AUTORA.

1. **O requerimento administrativo prévio constitui requisito essencial para aferir a existência de interesse de agir na ação de cobrança do seguro DPVAT. Súmula 83/STJ.**

2. **A ameaça ou lesão a direito aptas a ensejar a necessidade de manifestação judiciária do Estado só se caracterizam após prévio requerimento administrativo, o qual não se confunde com o esgotamento das instâncias administrativas, consoante firmado pelo Plenário da Corte no julgamento de repercussão geral reconhecida nos autos do RE 631.240, Rel. Min. Roberto Barroso, Sessão do dia 03.09.14.**

3. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 989.022/RJ, Rel. Ministro MARCO BUZZI, Quarta Turma, j. 24/05/2021, DJe **27/05/2021**)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE PRODUÇÃO ANTECIPADA DE PROVA. EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. **SEGURO DPVAT. FALTA DE INTERESSE DE AGIR. RECUSA NA VIA ADMINISTRATIVA NÃO COMPROVADA.** HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. ÔNUS DO AUTOR. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. Segundo o entendimento desta Corte, "nas ações de exibição de documentos, a ausência de prévio requerimento administrativo denota a ausência de interesse de agir" (AgInt no AREsp 1.403.993/SP, Rel. Ministro MARCO BUZZI, Quarta Turma, DJe de 29.3.2019).

2. **No caso, o Tribunal de origem afirmou que não ficou demonstrada a recusa da parte ré ao fornecimento dos documentos pretendidos, ensejando o indeferimento da inicial pela falta de interesse processual.**

3. **Citada a ré, a extinção do processo sem resolução do mérito, por carência de ação, enseja a condenação do autor ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais.**

4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1695009/SP, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 22/03/2021, DJe **13/04/2021**)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. **AÇÃO DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTO. NÃO COMPROVAÇÃO DE FORMULAÇÃO DE REGULAR REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. FALTA DE INTERESSE DE AGIR.** REEXAME DE PROVAS. SÚMULA N. 7/STJ. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. SUCUMBÊNCIA. PRINCÍPIO DA CAUSALIDADE. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. Não cabe, em recurso especial, reexaminar matéria fático-probatória (Súmula n. 7/STJ).

2. **"Nas hipóteses de extinção do processo sem resolução do mérito, a responsabilidade pelo pagamento de honorários e custas deve ser fixada com base no princípio da causalidade, segundo o qual a parte que deu causa à instauração do processo deve suportar as despesas dele decorrentes" (AgInt nos EDcl no REsp 1736937/SC, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 12/11/2018, DJe 16/11/2018).**

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1410139/SP, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 05/09/2019, DJe **18/09/2019**)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CIVIL. ACIDENTE DE TRÂNSITO. **SEGURO DPVAT. EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. INTERESSE RECURSAL. AUSÊNCIA. EXTINÇÃO DO FEITO. PEDIDO ADMINISTRATIVO. NÃO COMPROVAÇÃO. PRETENSÃO RESISTIDA. INEXISTÊNCIA.** HONORÁRIOS. RESPONSABILIDADE DO AUTOR. SÚMULA Nº 568/STJ.

1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015

(Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

2. A controvérsia diz respeito a ação que objetiva a exibição de documento para a propositura de futuras ações, a qual foi extinta por falta de interesse de agir.

3. Nas hipóteses de extinção do processo sem resolução do mérito, a responsabilidade pelo pagamento de honorários e custas deve ser fixada com base no princípio da causalidade, segundo o qual a parte que deu causa à instauração do processo deve suportar as despesas dele decorrentes. 3. **Na presente hipótese, não está comprovado nos autos que foi realizado o pedido administrativo e que houve recusa injustificada da seguradora em exibir os documentos pleiteados, motivo pelo qual se impõe à parte autora/agravante os ônus de sucumbência.** Precedentes. Súmula nº 568/STJ.

4. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1290510/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 18/03/2019, DJe **21/03/2019**)

AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. SEGURO. DPVAT. REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO PRÉVIO. REQUISITO ESSENCIAL PARA PROPOSITURA DE AÇÃO JUDICIAL PARA CONFIGURAÇÃO DO INTERESSE DE AGIR. INÉRCIA DO AUTOR QUANTO A ESTE PEDIDO. REVERSÃO DO ENTENDIMENTO. IMPOSSIBILIDADE. INCURSÃO EM MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA INAFASTABILIDADE DO ACESSO À JUSTIÇA. IMPOSSIBILIDADE DE EXAME POR ESTA CORTE DE JUSTIÇA. MATÉRIA ATINENTE À COMPETÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.

1. **O requerimento administrativo prévio constitui requisito essencial para o ingresso da demanda judicial.**

2. Rever o entendimento firmado pelo acórdão recorrido, no sentido da não formulação do requerimento administrativo, demanda a análise do acervo fático-probatório dos autos, o que encontra óbice na Súmula 7/STJ.

3. O tema constitucional em discussão (inafastabilidade do acesso ao Poder Judiciário) refoge à alçada de controle desta Corte Superior de Justiça.

4. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no REsp 936.574/SP, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 02/08/2011, DJe 08/08/2011)

Nesse mesmo sentido, são os precedentes dos Tribunais de Justiça pelo país em casos análogos:

APELAÇÃO CÍVEL. DPVAT - DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEÍCULOS AUTOMOTORES DE VIAS TERRESTRES. AÇÃO DE COBRANÇA SECURITÁRIA. AUSÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR. REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO PRÉVIO. NÃO REALIZADO. Nas demandas ajuizadas em face de seguradoras, a demonstração do prévio requerimento na esfera administrativa e a sua consequente negativa é elemento imprescindível à verificação do interesse de agir. **Não comprovado o prévio requerimento administrativo, é o caso de extinção do processo sem resolução de mérito.** RECURSO PREJUDICADO. POR MAIORIA (Apelação Cível, Nº 50077923720198210019, Sexta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Gelson Rolim Stocker, Julgado em: 13-08-2021)

APELAÇÃO CÍVEL. SEGUROS. AÇÃO DE COBRANÇA. DPVAT. PRELIMINAR CONTRARRECURSAL DE CARÊNCIA DE AÇÃO POR AUSÊNCIA DE INTERESSE PROCESSUAL DA AUTORA, DIANTE DA INEXISTÊNCIA DE REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. ACOLHIDA. AÇÃO EXTINTA. NA ESTEIRA DA ORIENTAÇÃO JURISPRUDENCIAL DO STJ, RECONHECEU-SE A NECESSIDADE DE REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO PRÉVIO PARA O AJUIZAMENTO DA AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO DPVAT, SOB PENA DE IMPOSSIBILITAR AFERIR A CARACTERIZAÇÃO DA PRETENSÃO RESISTIDA E, POR CONSEQUENTE, DO INTERESSE DE AGIR. NEGARAM PROVIMENTO AO RECURSO DE APELAÇÃO DO AUTOR DIANTE DO ACOLHIMENTO DA PRELIMINAR CONTRARRECURSAL. (Apelação Cível, Nº 50221641120208210001, Sexta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Eliziana da Silveira Perez, Julgado em: 05-08-2021)

APELAÇÃO CÍVEL. ACIDENTE DE TRABALHO. BENEFÍCIO POR INCAPACIDADE. INTERESSE DE AGIR. NÃO CONFIGURAÇÃO NO CASO CONCRETO. AUSÊNCIA DE RESISTÊNCIA DA AUTARQUIA PREVIDENCIÁRIA QUANTO À CONCESSÃO DA PRESTAÇÃO ACIDENTÁRIA POSTULADA. SENTENÇA MANTIDA. 1. **SEGUNDO ORIENTAÇÃO CONSOLIDADA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NO JULGAMENTO DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO Nº 631.240/MG, A CONFIGURAÇÃO DO INTERESSE PROCESSUAL DO SEGURADO ESTÁ CONDICIONADA, EM REGRA, À EXISTÊNCIA DE PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO NOS CASOS EM QUE A DEMANDA JUDICIAL ENVOLVE PRETENSÃO DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. ADEMAIS, É CERTO QUE A NECESSIDADE DE ANTERIOR PROVOCAÇÃO DA VIA ADMINISTRATIVA NÃO SE CONFUNDE COM O SEU EXAURIMENTO E TAMPOUCO COM A NEGATIVA DE ACESSO À JUSTIÇA.** 2. **CASO CONCRETO EM QUE O BENEFÍCIO ACIDENTÁRIO FOI REQUERIDO EM JUÍZO SEM QUALQUER EVIDÊNCIA PLAUSÍVEL DE QUE A AUTARQUIA FEDERAL HAJA INDEFERIDO O PEDIDO PRÉVIO DE SUA CONCESSÃO EM ÂMBITO ADMINISTRATIVO. CONTEXTO PROCESSUAL QUE NÃO VIABILIZA A PRESSUPOSIÇÃO DE RECUSA DA ADMINISTRAÇÃO EM CONCEDER AUXÍLIO-ACIDENTE, NA MEDIDA EM QUE INCOMPROVADA A REJEIÇÃO DESSA PRETENSÃO ESPECÍFICA PELA ENTIDADE AUTÁRQUICA. AUSÊNCIA, POR OUTRO LADO, DE QUALQUER CIRCUNSTÂNCIA QUE EVIDENCIE A NECESSIDADE REAL DE MOVIMENTAÇÃO DO APARELHO JURISDICIONAL.** 3. DIANTE DISSO, INEXISTEM RAZÕES QUE JUSTIFIQUEM A CASSAÇÃO DA DECISÃO QUE, POR FALTA DE INTERESSE PROCESSUAL, JULGOU EXTINTA A AÇÃO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. APELAÇÃO DESPROVIDA.(Apelação Cível, Nº 50058094420208213001, Nona Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Carlos Eduardo Richinitti, Julgado em: 18-08-2021)

Portanto, fica inalterada a sentença extintiva de 1º grau, consoante posicionamento firmado no julgamento do Recurso Extraordinário nº631.240/MG do STF:

"(...) RECURSO EXTRAORDINÁRIO. REPERCUSSÃO GERAL. PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO E INTERESSE EM AGIR. 1. A instituição de condições para o regular exercício do direito de ação é compatível com o art. 5º, XXXV, da Constituição. Para se caracterizar a presença de interesse em agir, é preciso haver necessidade de ir a juízo. 2. A concessão de benefícios previdenciários depende de requerimento do interessado, não se caracterizando ameaça ou lesão a direito antes de sua apreciação e indeferimento pelo INSS, ou se excedido o prazo legal para sua análise. É bem de ver, no entanto, que a exigência de prévio requerimento não se confunde com o exaurimento das vias administrativas. 3. A exigência de prévio requerimento administrativo não deve prevalecer quando o entendimento da Administração for notória e reiteradamente contrário à postulação do segurado. 4. Na hipótese de pretensão de revisão, restabelecimento ou manutenção de benefício anteriormente concedido, considerando que o INSS tem o dever legal de conceder a prestação mais vantajosa possível, o pedido poderá ser formulado diretamente em juízo – salvo se depender da análise de matéria de fato ainda não levada ao conhecimento da Administração –, uma vez que, nesses casos, a conduta do INSS já configura o não acolhimento ao menos tácito da pretensão. 5. Tendo em vista a prolongada oscilação jurisprudencial na matéria, inclusive no Supremo Tribunal Federal, deve-se estabelecer uma fórmula de transição para lidar com as ações em curso, nos termos a seguir expostos. 6. Quanto às ações ajuizadas até a conclusão do presente julgamento (03.09.2014), sem que tenha havido prévio requerimento administrativo nas hipóteses em que exigível, será observado o seguinte: (i) caso a ação tenha sido ajuizada no âmbito de Juizado Itinerante, a ausência de anterior pedido administrativo não deverá implicar a extinção do feito; (ii) caso o INSS já tenha apresentado contestação de mérito, está caracterizado o interesse em agir pela resistência à pretensão; (iii) as demais ações que não se enquadrem nos itens (i) e (ii) ficarão sobrestadas, observando-se a sistemática a seguir. 7. Nas ações sobrestadas, o autor será intimado a dar entrada no pedido administrativo em 30 dias, sob pena de extinção do processo. Comprovada a postulação administrativa, o INSS será intimado a se manifestar acerca do pedido em até 90 dias, prazo dentro do qual a Autarquia deverá colher todas as provas eventualmente necessárias e proferir decisão. Se o pedido for acolhido administrativamente ou não puder ter o seu mérito analisado devido a razões imputáveis ao próprio requerente, extingue-se a ação. Do contrário, estará caracterizado o interesse em agir e o feito deverá prosseguir. 8. Em todos os casos acima – itens (i), (ii) e (iii) –, tanto a análise administrativa quanto a judicial deverão levar em conta a data do início da ação como data de entrada do requerimento, para todos os efeitos legais. 9. Recurso extraordinário a que se dá parcial provimento, reformando-se o acórdão recorrido para determinar a baixa dos autos ao juiz de primeiro grau, o qual deverá intimar a autora – que alega ser trabalhadora rural informal – a dar entrada no pedido administrativo em 30 dias, sob pena de extinção. Comprovada a postulação administrativa, o INSS será intimado para que, em 90 dias, colha as provas necessárias e profira decisão administrativa, considerando como data de entrada do requerimento a data do início da ação, para todos os efeitos

legais. O resultado será comunicado ao juiz, que apreciará a subsistência ou não do interesse em agir(...)”(grifo nosso)

Ante o exposto, e diante dos argumentos supra, **CONHEÇO** do presente Apelo, por cabível e tempestivo, para **LHE NEGAR PROVIMENTO, mantendo a sentença combatida em sua integralidade.**

Em face ao resultado do julgamento, majoro a condenação da parte autora ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios ao patrono da parte ré, que fixo em 16% sobre o valor da causa, cuja exigibilidade resta suspensa em face da gratuidade de justiça deferida na origem.

É como voto.

Aracaju/SE, 08 de Setembro de 2023.

DRA. ADELAIDE MARIA MARTINS MOURA
JUIZ(A) CONVOCADO(A)